



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DE

27/02/2015

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário e pela Sr.^a Dr.^a Telma Milene Magueta Salvador, em substituição da 2.ª Secretária, a Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º. 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PONTO DOIS: Autorização, nos termos do n.º. 2, do artº. 64º. da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, para prosseguir procedimento concursal de recrutamento excecional de trabalhadores, tendente ao preenchimento de um posto de trabalho, designadamente, um Assistente Operacional, na área de atividade de eletricista. -----

-----PONTO TRÊS: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta. -----

-----PONTO QUATRO: Revisão do protocolo celebrado entre o Município de Mira e a “Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A”. -----

-----PONTO CINCO: Redução, nos termos do artº. 213º. da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (OE 2015), em articulação com o n.º. 13, do artº.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da taxa de IMI a famílias com dependentes. -----

-----PONTO SEIS: Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e respetivo substituto, para representação das Juntas de Freguesia do Concelho de Mira no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2014, nos termos da alínea h), do artº. 18º., da Lei nº. 147/99, de 01 de setembro. -----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Vereador Sr. Nelson Teixeira Maltez e a Vereadora Dr.ª Dulce Cainé. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Sr. Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Dr.ª Ana Maria Laranjeiro da Silva, Sr. João Maria Nogueira, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Prof.ª Zélia Domingues Moraes, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João Luís dos Santos Marques de Pinho, Sr. Pedro Jorge Moraes Laranjeiro e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Gabriel Miranda Pinho. -----

-----FALTAS -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Verificou-se a falta da Sr.^a Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano e da Sr.^a Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco.-----

-----HORA DE ABERTURA -----

-----Os trabalhos tiveram início às dezassete horas e vinte e cinco minutos, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----INFORMAÇÕES -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início à reunião, cumprimentando os presentes e informou que a 2^a Secretária da Mesa da Assembleia tinha sofrido um acidente viário e por isso não podia estar presente.-----

-----Informou os presentes do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Prof. Doutor Joaquim Manuel Henrique de Sousa Pinto, em 25 de fevereiro de 2015 e solicitou autorização para que se procedesse à tomada de posse do Eng.^o André Frederico Guilhoto Monteiro.-----

-----De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.^o e 79.^o da Lei n.^o 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o resultado do ato eleitoral que teve lugar no dia 29 de setembro de 2013, cujo apuramento geral foi publicado através de edital de 03 de outubro de 2013, o Eng.^o André Frederico Guilhoto Monteiro, com o cartão de cidadão n.^o 12170478, válido até 11-10-2018 e residente na Rua dos Lavradores, n.^o 52, 3070-462, na localidade do Cabeço de Mira, freguesia e concelho de Mira, eleito pelo MAR (Movimento Autárquico de Renovação).-----

-----Posto isto, o mesmo prestou Juramento Legal, ao qual se seguiu uma salva de palmas e os votos de boas-vindas à Assembleia Municipal, por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes sobre o expediente recebido e em seguida procedeu à leitura da carta de “CESSAÇÃO DE FUNÇÕES”, enviada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira e assinada pelo Presidente Cessante, o Sr. Fernando Almeida, a qual se transcreve na íntegra:-----

-----“**CESSAÇÃO DE FUNÇÕES**”-----

-----“Ao cessar, no dia 16 de Janeiro do corrente ano, as funções de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira, funções que, com muita honra, orgulho e sentido de responsabilidade assumi, venho por este meio manifestar a todos os Bombeiros, Comando, restantes Órgãos Sociais, Colaboradores da Associação e Instituições com as quais tive o privilégio de trabalhar e me relacionar, bem como todo o público em geral, o meu profundo agradecimento e reconhecimento por toda a colaboração prestada a esta Instituição e a consideração e disponibilidade que sempre foram apanágio das nossas relações pessoais e institucionais.-----

-----Mantendo, no entanto, a ligação aos Bombeiros como Comandante do «Quadro de Honra», venho aqui e agora, uma vez mais manifestar a minha disponibilidade para tudo o que julguem necessário e útil da minha pessoa, em nome da nobre causa dos “**Bombeiros de Portugal**”.-----

-----E porque é hora de despedida, também é hora de manifestar e atribuir um voto de louvor ao Comando deste Corpo de Bombeiros e a todos os membros dos Órgãos Sociais com quem tive o privilégio de trabalhar, pelo esforço, dignidade e integridade que demonstraram na cooperação, no sentido de conduzir esta “Grande Casa”, que tanto nos orgulha, aos mais altos patamares, com lealdade, coragem, altruísmo e de forma desinteressada.-----

-----Quero, do mesmo modo, desejar muitas felicidades e coragem aos novos Órgãos Sociais no desempenho das suas funções e que obtenham o sucesso que se pretende para esta casa que a todos nós pertence.-----

-----Estarei sempre disponível para colaborar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Um bem haja a todos!!!-----

-----E o meu muito obrigado.”-----

-----De seguida, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que se procedesse às audições públicas.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Interveio o Sr. João Manuel de Jesus Milheiro, natural e residente na Praia de Mira, saudando todos os presentes e começou por referir que aquilo que o tinha motivado a intervir, pese embora o facto do Sr. Professor Doutor Fernando Regateiro ainda não estar presente, pois era um assunto que também a ele dizia respeito. Tratava-se do caso de uma petição que tinha apresentado, nesta mesma Assembleia Municipal, no dia 11 de novembro de 2008 e que passados oito anos, essa mesma petição ainda não tinha sido resolvida pelo então Presidente da Mesa da Assembleia. Posto isto, declarou que bem se podia aprovar a Democracia e os direitos constitucionais, visto que disso se tratava, pois o direito à petição era um direito institucionalmente consagrado, que possuía uma lei própria, a qual referia, no seu artigo n.º 13 que: *“a entidade que recebe a petição decide sobre o seu conteúdo, com a máxima brevidade, compatível com a complexidade do assunto nela versado.”* O assunto ao qual esta se referia, dizia respeito à colocação de sinalização numa rua da Praia de Mira, que entretanto já foi resolvido. Contudo, este caso passou uma legislatura e meia sem ter sido apreciado pela Assembleia Municipal.-----

-----Referiu ainda uma questão que estava diretamente ligada ao Sr. Professor Doutor Fernando Regateiro, que era o uso da viatura da Presidência, pelo então Presidente da Câmara, aquando do seu mandato. Acrescentou que dele tinha dado conhecimento ao Ministério Público e, até à data, ainda não tinha conhecimento da decisão que iria ser tomada, mas que certamente lhe iriam responder e das duas, uma, ou o Sr. Professor Doutor Fernando Regateiro, na altura em que este assunto foi aqui discutido, não sabia dos moldes do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema e falou de cor, ou sabia-os e estava a ser conivente com o uso, perfeitamente abusivo, da referida viatura.-----

-----Em seguida, afirmou que, embora o Executivo fosse sensível a este tipo de questões, convinha reforçar o facto da falta de equipamentos sociais na Praia de Mira. Mais disse que a justificação se prendia sempre com a falta de terrenos e que por isso, esta questão não se resolvia. Neste sentido, salientou que a Praia de Mira era a única freguesia que não tinha uma creche, nem a componente de lar de idosos e que o seu centro de dia não tinha condições condignas.-----

-----Posto isto, voltou a sugerir que se desse utilidade ao terreno do antigo mercado, pois considerava que este possuía valências e dimensão adequadas à instalação destas estruturas.-----

-----Terminou a sua intervenção reportando-se à margem nascente da Barrinha, os vulgarmente chamados Prazos Velhos. Acrescentou que, como era do conhecimento de todos, no dia 26 de Julho de 2013, se tinha realizado uma Assembleia Extraordinária, que ocorreu na Casa do Povo e nesta, uma das conclusões a que se tinha chegado, sob o título: “Capítulo do Turismo”, no ponto 5, alínea a), na página 35 e que versava o seguinte: “Promover a fileira das feiras, festas, exposições e espetáculos, criando as condições para a construção de equipamentos adequados, na Praia de Mira, junto à Barrinha – Prazos Velhos”. Recuando um pouco mais no tempo, era o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, então Presidente do Executivo Camarário, quando se contraiu um empréstimo com o Banco Português de Investimentos e desse empréstimo, cerca de um milhão de euros (1 000 000,00€) estavam destinados à criação de instituições nos Prazos Velhos. Mais referiu que a duração desse empréstimo, que foi firmado com a instituição bancária supra-citada, era de 20 anos. Perante isto, o Munícipe quis saber se o atual Executivo Camarário estava alertado para esta situação e se, visto que o contrato era válido por vinte anos e terminava em 2022, faltando por isso, sete anos para o seu



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

términus, havia ainda a possibilidade de utilizar essa verba para a revitalização desta zona, que o mesmo considerava ser altamente interessante e que atualmente se encontrava num estado deplorável.-----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AO MUNICÍPE):-----

-----Em resposta às questões que lhe foram diretamente colocadas pelo munícipe, Sr. João Manuel de Jesus Milheiro, o Sr. Presidente da Câmara informou que, relativamente aos equipamentos sociais, o Executivo a ela estava atento e, como era óbvio, trabalharia em colaboração com as IPSS, com as instituições da Praia de Mira, assim como, com todas as instituições do resto do Concelho.-----

-----Informou que, e a título de exemplo, a denominada ITI – Intervenção Territorial Integrada, através da CIM, se destinava a intervir nos equipamentos sociais e neste âmbito, estava a decorrer um inquérito de levantamento de necessidades, ou seja, quer as IPSS, quer o Município, sozinhos não tinham capacidade financeira para lhes dar resposta. Mais informou que, ainda neste dia, tinha chegado às suas mãos, assim como a todas as IPSS, um inquérito que depois de preenchido, deveria ser enviado à CIM e no qual se identificaria quais eram as reais necessidades do nosso Concelho, se já teriam ou não um projeto elaborado e qual era a estimativa do número de utentes que deles viriam a beneficiar.-----

-----Posto isto, declarou que o Município colaborará naquilo que poder, em todas as estas ações, nomeadamente, na questão do terreno, a qual tem sido discutida, tendo em conta a alteração do plano de urbanização da Praia de Mira, no que respeita à envolvente da sua Igreja e em relação a esse equipamento. Acrescentou ainda que, na próxima quarta feira, se iria reunir com a UPAS e que, obviamente, um dos assuntos a ser tratado seria, de certeza, essa questão.-----

-----Prosseguiu, reiterando a ideia de que, dentro do que for humanamente possível, nomeadamente, se houver algum terreno que esteja disponível ou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que haja essa possibilidade, o Executivo estaria preparado para a resolver. Referiu ainda que, pessoalmente, considerava que a hipótese apontada, a do terreno do antigo mercado, não era a mais indicada, pois considerava que este não era o sítio mais propício e que se deveria procurar outras alternativas.-----

-----Em relação à margem da Barrinha e a toda a sua problemática, um dos assuntos trazidos à Assembleia de hoje, dizia respeito à revisão do protocolo celebrado entre o Município de Mira e a Polis Litoral Ria de Aveiro. Neste sentido, declarou que a Barrinha deveria ser encarada como um todo, como um conjunto que englobava, quer as margens, quer a sua requalificação ambiental, a requalificação do seu leito, quer a própria definição da Barrinha, nas suas componentes de limpeza e de drenagem e com isto, afirmou que estavam a trabalhar nesse sentido, em mais do que uma frente e em mais do que uma possibilidade.-----

-----Mais declarou que, ao considerar-se a Barrinha como um todo, não se podia descurar os Prazos Velhos, acrescentando que o seu plano de pormenor teria de vir à discussão, no sentido de se descortinar qual seria o cenário mais favorável. Neste seguimento, referiu que tinha fortes esperanças que, daqui a algumas semanas, teria boas novas em relação a este tema, tão acarinhado por todos.-----

-----Interveio o Sr. Vereador **Nelson Maltez** referindo que tinha entendido a questão colocada pelo Sr. João Milheiro, como sendo uma clara referência ao plano de pormenor dos Prazos Velhos, que tinha sido elaborado por um Gabinete de Apoio Técnico. Mais disse que o Munícipe referiu também que tinha sido durante o mandato do Sr. Dr. Mário Maduro que se tinha contraído o empréstimo para isso. Continuou, lembrando que, nessa altura, era Ministra das Finanças, a Dr.ª Manuela Ferreira Leite, e sabia-se, de antemão, que ia ser proibido o endividamento das Câmaras. Então, e à cautela, porque se considerava que aquele projeto, elaborado pelo Gabinete Técnico, instalado na Praia de Mira, no mandato anterior, era um projeto extremamente válido para o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

local, mas que ainda não estava aprovado pelas instâncias superiores, em Lisboa, o Executivo entendeu por bem acautelar-se e garantir o empréstimo, ao mesmo tempo que tomava medidas preventivas, de forma a que ninguém inviabilizasse aquele projeto, pois bastava que uma só pessoa viesse pedir um licenciamento para o local onde estava prevista a localização de uma via, para que, a partir daí, o projeto se tornasse inviável.-----

-----Mais informou que estas medidas preventivas tinham a duração de um ano e que, entretanto, tinham deixado de constituir Executivo, em virtude do ato eleitoral, e por isso, não lhe podia dizer o que se tinha passado a seguir. Posto isto, assinalou que, atualmente, o projeto do Gabinete de Apoio Técnico, tal qual como se tinha feito na altura, era perfeitamente inexecutável, até porque já estavam licenciadas obras para os locais, nos quais o projeto contemplava a construção de vias.-----

-----Assim e em conclusão, explicou que aquele projeto, neste momento, independentemente de ainda poder ou não ser utilizado o empréstimo, aquele plano já não servia e por isso, tal como o Sr. Presidente tinha referido, teríamos que equacionar outra solução para aquele lugar.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014** -----

-----A ata n.º 7, de 11 de dezembro de 2014, submetida a votação, **foi aprovada por maioria**, com as abstenções da Prof.ª Zélia Domingues Morais e do Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, em virtude de não terem estado presentes e um voto contra do Eng.º Calisto de Oliveira Coquim.-----

-----Foram solicitadas correções, nomeadamente pelo Sr. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim.-----

-----Este referiu que, no último parágrafo da página 16, a declaração por si proferida era verdade, mas, de facto, não tinha sido esta a mensagem que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queria transmitir. Explicou que a sua intenção ao proferir a primeira mensagem, era a de tecer uma crítica construtiva e que, após isto, tinha constatado que “a baixa taxa de execução” não era só de agora. Posto isto, referiu que esta frase não transparecia, minimamente, a ideia que tinha pretendido transmitir.-----

-----Na página 25, no primeiro parágrafo, estava registada uma intervenção do Sr. Pedro Nunes: “Não matem o orçamento participativo”. Face a esta declaração, o Sr. Eng.º Calisto Coquim quis saber se não tinha sido ele que a tinha proferido, pois nela reconhecia as suas palavras.-----

-----Na página 48, quando se refere “Interveio o Sr. Eng.º Calisto Coquim (PS), corroborando as palavras do Sr. Prof. Paulo Grego.”, aduziu que esta frase não espelhava a sua intenção, pois, o que com ela pretendia, para além de concordar com as palavras do Sr. Prof. Paulo Grego, era também que, antes de se avançar com o concurso de recrutamento, se deveria ter mais alguns cuidados, nomeadamente, avaliar a sua pertinência.-----

-----Concluiu, declarando que não valia a pena estar agora a alterar a ata e deixou bem claro que aquilo que nela estava transcrito, não traduzia em nada a mensagem que tinha pretendido passar, na reunião da Assembleia. Mais disse considerar que a sua mensagem tinha sido bem interpretada pelos Srs. Vereadores e pelo Sr. Presidente da Câmara a assim sendo, não pretendia que se alterasse a ata, mas que iria votar contra a sua aprovação, de forma simbólica.-----

-----Posto isto, sugeriu que, aquando da tomada de posições, estas deveriam ser expressas em ata, manifestando pelo menos, qual tinha sido o sentimento do interveniente, ou então, de maneira mais simples, que referissem apenas quem tinha sido o interveniente e qual a sua posição, ou a favor ou contra, em determinado assunto.-----

-----Seguidamente, interveio o Sr. Pedro Nunes, solicitando uma correção.-----

-----Na página 8, no primeiro parágrafo onde se lia: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Continuou a sua intervenção felicitando os Caretos da Lagoa e também a vida da T.V.I. (...)."-----

-----Devia ler-se:-----

-----"Continuou a sua intervenção felicitando os Caretos da Lagoa e também a vinda da T.V.I. (...)."-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim, esclareceu que, de facto, a declaração supracitada tinha sido por si proferida.-----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, solicitando que, de futuro, houvesse mais algum cuidado na transcrição das atas, considerando que esta deverá, pelo menos, expressar a ideia base, subjacente à intervenção.-----

-----Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, que começou por declarar que estava na política, embora nunca tivesse sido político, pois a sua postura face a esta, sempre foi de bem servir a sua terra e o seu Concelho, o melhor que sabia.-----

-----Informou que, na passada segunda-feira, tinha recebido uma carta da Polícia Judiciária, com uma denúncia feita em Coimbra, pelo elemento da Assembleia de Freguesia de Carapelhos, Sr. Augusto José Domingues Louro de Miranda e que, posteriormente, passou para a Polícia Judiciária de Aveiro, nomeadamente para o Sr. Inspetor Peixoto.-----

----- Mais referiu que lhe pediram as atas referentes aos anos de 2013 e 2014, assim como, todos os protocolos e documentos que possuíssem, relativos a contratos de pessoal e de obras. Assim, na última quarta-feira, reuniu com os restantes elementos constituintes da Junta de Freguesia, à qual presidia, e nessa reunião tiraram fotocópias a todos os documentos solicitados, assim como, a todos os contactos constantes nos diversos ajustes diretos, pois não



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realizavam contratos com ninguém.-----

-----Mais informou que neste mesmo dia se tinha dirigido à Polícia Judiciária e pediu para falar com o agente responsável por esta questão, para lhe entregar os referidos documentos. Neste seguimento, o agente questionou-o sobre a sua prontidão na entrega dos mesmos, ao qual respondeu que quem não devia, não temia, e por isso, tinha feito questão de vir o mais rápido que pôde, a trazer-lhe o que tinha. Após ter verificado os documentos, o agente quis saber dos contratos. Perante isto, respondeu-lhe que estavam ali dois contratos, um dos quais, referente a um POC, que tinha sido muito questionado por um membro da Assembleia, na última reunião.-----

-----Posto isto, explicou que era um contrato celebrado com uma funcionária que tinha vindo trabalhar para a Junta de Freguesia dos Carapelhos, mas que não se tinha adaptado muito bem no desempenho das suas funções, e como conheciam um funcionário que com eles já tinha colaborado, também através de um POC e que estava a trabalhar na Associação, decidiram chamar estes dois funcionários e propuseram-lhes que trocassem de postos de trabalho e estes concordaram. Procedeu-se então à troca dos postos de trabalho, passando o funcionário a trabalhar na Junta de Freguesia e a funcionária passou a desempenhar funções na Associação, em virtude do melhor funcionamento dos serviços das duas instituições.-----

-----Com tudo isto, pretendia dar conhecimento da situação a todos os presentes e informá-los de que tinha recebido uma denúncia e que agora iria aguardar pelo desenrolar do processo.-----

-----Mais informou que, há cerca de quinze dias a esta data, lhe tinha sido criada uma conta no *facebook*, sem o seu conhecimento e por isso, este era falso.-----

-----Fazendo o ponto da situação, referiu que com isto pretendia pôr todos ao corrente do que se estava a passar na Junta de Freguesia dos Carapelhos.-----

-----Prosseguiu, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre quais as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diligências tomadas pelos técnicos da Câmara, relativamente à doença que estava a afetar as palmeiras do nosso Concelho, referindo que, nos Carapelhos, já estavam a tratar delas para ver se as conseguiam salvar.-----

-----Declarou ainda que gostou imenso de ver, finalmente, a rotunda da A17 terminada, acrescentando que nela se tinha realizado um lindo serviço, mas que ainda faltava lá colocar uma canga com dois canzís e alguns alcatruzes. Mais disse que o poço estava muito elevado, ao invés do engenho.-----

-----Quis também saber o porquê de se terem cortado duas árvores, na rotunda da Barrinha, na Praia de Mira.-----

-----Terminou a sua intervenção, solicitando ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, o corte das acácias junto à Zona Industrial.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Frederico Guilhoto Monteiro** (MAR) cumprimentando todos os presentes. Manifestou o seu agrado pela forma como tinha sido recebido nesta Assembleia e referiu que esperava realizar um bom trabalho, juntamente com os restantes deputados, em prol do Concelho.---

-----Prosseguiu, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia a inclusão, na ordem de trabalhos da próxima Assembleia, da aprovação do novo regulamento para o orçamento participativo. Acrescentou que, entretanto, o MAR iria apresentar uma proposta e mencionou que contava com a participação de todas as forças políticas, no novo orçamento participativo, para que não se repetissem os problemas que se verificaram no ano transato.-----

-----Terminou a sua intervenção referindo-se às obras no Concelho e manifestou especial interesse na finalização das obras relacionadas com os serviços básicos de saneamento e águas, frisando que este era um assunto que o MAR defendia, mas considerava que a abertura de uma dúzia de obras em simultâneo, sem que nenhuma estivesse concluída, não seria do interesse dos munícipes. Acrescentou que o mais pertinente seria redirecionar os esforços para algumas obras fundamentais e finalizá-las, de forma a que não se tenha o Concelho todo esburacado e aberto; após isto, devia-se ir ligando,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

metro a metro, as casas das pessoas.-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) que começou por referir que seria de bom tom que as obras de requalificação do centro da vila de Mira tivessem uma placa identificativa com o valor da obra, se era ou não comparticipada, o prazo de execução, entre outras informações, pois considerava que seria benéfico para os munícipes e que era algo que deveria aparecer em obras desta dimensão.-----

-----Referindo-se à limpeza da vala Real, que estava a ser feita com a ajuda, essencialmente, do Exército, pretendeu saber quais os moldes em que esta se estava a realizar e quais os custos que este serviço implicava para a Câmara Municipal.-----

-----Continuou, alertando para a situação de algumas estradas do Concelho, nomeadamente, a estrada para a Lentisqueira, mais especificamente, na bifurcação do Ramalheiro para a Lentisqueira, que estava em muito mau estado; a estrada do Areal para Carromeu; a estrada do Areal para o Matadouro, entre outras, que de facto estavam degradadas e era bom que se melhorasse o seu estado.-----

-----Quanto ao protocolo que a Câmara Municipal assinou, no dia 17 de janeiro de 2015, para a criação do alegado Centro de Estudos do Mar, informou que o presidente do verdadeiro Centro de Estudos do Mar, -o CEMAR, que era uma associação científica, de utilidade pública, que foi fundada há cerca de 20 anos e que, atualmente, tem a sua sede na Praia de Mira e filial na Figueira da Foz - era o Dr. Alfredo Pinheiro Marques, historiador e que tem feito parte, pelo menos fez até agora, da comissão de acompanhamento da arte xávega e portanto, sempre tem estado com os pescadores da Praia de Mira, assim como, com os da Costa da Caparica, com os de Espinho e com todos os pescadores da orla costeira onde se praticava a arte xávega. Posto isto, manifestou a sua estranheza pelo facto de se ter partido para a criação de um novo centro de estudos do mar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Concluiu a sua intervenção, declarando que, na sua opinião, considerava que era uma pena terem deixado de lado o verdadeiro centro de estudos do mar, sobretudo pelo empenho que sempre demonstrou, ao longo dos tempos, pela arte xávega.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Carlos Castelhana** (PSD), que manifestou a sua satisfação pelo arranjo da rotunda da A17 e referiu que a ideia de lá se colocar um poço com um engenho tinha sido boa, pois este era um símbolo da vida e do trabalho esforçado, nas terras, dos nossos pais e avós.-----

-----Mais considerou que o Município de Mira podia trabalhar mais neste aspeto, em virtude de melhorar a imagem do Concelho, embora reconhecesse que existiam outras prioridades.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção referindo-se à rotunda da A17, informando que o facto do poço, nela implantado, estar muito elevado, se prendia com questões de segurança e de visibilidade. Mais disse que o projeto a ela referente teve de ser aprovado pelo IMTT e pela Ascendi, assim como, a rotunda dos Leitões, na qual já estavam a trabalhar.-----

-----Quanto à questão inicial proferida na declaração do Sr. Deputado Gabriel Pinho, referiu que sobre ela conversariam, no sítio certo.-----

-----Em relação aos alcatruzes e ao cambão, informou que estes ainda estavam no armazém a arranjar, pois, como eram feitos com um material mais fino, tiveram de ser arranjados e pintados. Mais informou que, quanto à rotunda da A17, esta não estava concluída a cem por cento, pois ainda faltavam ajustar alguns pormenores, mas que nas próximas semanas iria estar concluída e talvez com o acrescento de mais alguns elementos, pois estavam sempre



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recetivos às sugestões e aceitavam todas as ideias que ajudassem a melhorar ou a enquadrar melhor a nossa região e a região da Gândara.-----

-----Relativamente à questão das palmeiras, disse que o Sr. Vice-Presidente esclareceria o assunto.-----

-----Com relação às obras do Concelho, nomeadamente às questões apresentadas pelo Sr. Deputado André Monteiro – ao qual, em nome do Executivo, desejou as boas-vindas – referiu que, quanto ao saneamento não tinha percebido muito bem qual era a questão, acrescentando que tinham iniciado as obras na Ermida porque posteriormente as poderiam ligar às do Casal de S. Tomé e iriam iniciar as da Vila de Mira porque posteriormente as poderiam ligar ao centro da Vila.-----

-----Mais referiu que se estavam a concluir as obras no Casal de S. Tomé e que eram cerca de vinte quilómetros de saneamento, que em breve estariam ligados, estando-se a fazer todos os possíveis para que seja um processo rápido, até porque a ERSAR e o POVT, também assim o exigiam.-----

-----Posto isto, acrescentou que, nesta obra, para a qual se reuniram todos os esforços e na qual poucas pessoas acreditavam que se concluísse, replicou que sempre nela tinha acreditado, mas que atualmente, acreditava mais convictamente que se iria chegar ao fim e reiterou que eram 22 quilómetros de saneamento que iriam ser ligados. Assim sendo, a questão levantada pelo Sr. Deputado, quanto ao facto de se ir ligando o saneamento, não se verificava, pois tinha a certeza de que todas as obras que estavam a ser feitas, iriam ser ligadas umas às outras e mais especificamente, as que neste momento se iniciaram, daí terem começado com as da Ermida e com as do centro da vila, precisamente porque tinham a possibilidade de, assim que terminadas, poderem vir a ser ligadas umas às outras.-----

-----Quanto à questão da limpeza da vala Real, referiu que o Sr. Vice-Presidente a ela responderia.-----

-----Em relação às obras de requalificação do centro da vila, informou que iria



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser colocado um out-door em 3D, que estava a ser ultimado e que seria instalado dentro de pouco tempo e no qual constarão todas as informações pertinentes, nomeadamente, o prazo de execução e as características inerentes à obra em si. De qualquer forma, agradeceu o contributo.-----

-----Quanto ao asfaltamento das estradas referiu que, assim que possível, iriam dar resposta a esta questão.-----

-----Referindo-se ao protocolo de 17 de janeiro de 2015, salientou que convinha esclarecer que, em primeiro lugar, o Sr. Professor Alfredo Pinheiro Marques foi convidado para estar presente na cerimónia de assinatura do referido protocolo e como era óbvio, era uma pessoa que, na área do mar, possuía competências mais vocacionadas para a componente cultural e histórica da investigação.-----

-----Mais disse que a questão do nome “Centro de Estudos do Mar”, o Sr. Professor tinha ficado indignado e estava no seu direito, mas se atentarem no nome que foi aprovado em reunião de Câmara, este não era o mesmo. Acrescentou que, como era óbvio, tinha usado aquela denominação em discurso direto, ressalvando que não tinha, nem tem, assim como a Universidade de Coimbra também não tinha, qualquer propósito de usurpar o nome, pois não tinha sido, de todo, a sua intenção. Posto isto, aduziu que o Sr. Professor, embora tivesse sido convidado para a cerimónia de assinatura do protocolo, não tinha comparecido.-----

-----Mais esclareceu que se estava a falar de matérias diferentes, pois o Sr. Professor Alfredo Pinheiro Marques possuía um grande legado, na parte cultural, mas no que diz respeito à parte científica, já assim não o era. Posto isto, ressaltou que estas eram competências e investigações diferentes, eram áreas diferentes as quais se iriam abordar.-----

-----Mais informou que, em relação ao Centro de Competências da Economia do Mar, este ia avançando e que, precisamente antes de ter vindo para esta reunião da Assembleia, tinha estado reunido, juntamente com o Sr. Vice-Presidente e com o Sr. Secretário de Estado do Mar, no sentido de que se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

avançasse – informou que ainda neste dia iria ser publicada uma nota de imprensa com as conclusões a que tinham chegado – com um estudo científico sobre a arte xávega, pois este será necessário para entregar em Bruxelas. Este estudo irá ser feito aqui em Mira, já neste Centro de Competências da Economia do Mar, conjuntamente com os técnicos e com os investigadores da Universidade de Coimbra e com os investigadores do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera –. Neste sentido, considerou que esta reunião representava um passo importantíssimo na causa da arte xávega, a qual era por todos estimada e tida como bastante importante.-----

-----Referiu ainda que, também no dia de hoje, já tinha ficado agendada uma reunião para o próximo dia 17, que contará com a participação de todos os pescadores da arte xávega de todo o país, assim como, com todos os autarcas dos vários locais onde se pratica este tipo de pesca, no edifício da Incubadora, para que se possa ir avançando neste projeto.-----

-----Posto isto, terminou a sua intervenção, salientando que, nesta matéria, todos os contributos eram importantes e os do Sr. Professor Alfredo Pinheiro Marques eram bastante importantes, mas numa vertente cultural e histórica; a área da investigação será da responsabilidade da Universidade de Coimbra, que a irá realizar por todo o país, conforme o combinado com as várias instituições e na qual a Câmara Municipal de Mira também participará, estando na primeira linha, a contribuir para o desenvolvimento dessa mesma investigação.-----

-----Interveio o Sr. **Vereador Nelson Maltez**, referindo-se à questão das palmeiras, informando que se tinha procurado saber como se tratava o problema que as afetava e após terem conhecimento de como o solucionar, adquiriram um produto adequado a este tipo de problema e iniciou-se o tratamento naquelas que começavam a apresentar os primeiros sintomas. Mais informou que, após verificação, se tinha constatado que existiam algumas palmeiras altamente degradadas, embora estas não se localizassem em zona



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de influência da Câmara Municipal, mas sim, em propriedades particulares. Nas palmeiras que se localizavam em espaços públicos, foi encontrada uma que começava a dar indícios da doença. Assim, iniciou-se o devido tratamento por esta, o qual se estendeu a todas as outras.-----

-----Em relação às duas árvores da rotunda da Barrinha, na Praia de Mira, lamentou o sucedido e referiu que uma delas tinha sido partida propositadamente. Neste âmbito, informou que se iria dar seguimento àquilo que o projeto Polis não tinha feito, que consistia em terminar a zona de passeio e quando se procedesse à reflorestação desta zona, replantar-se-iam duas novas árvores no mesmo local onde estavam as outras.-----

-----Relativamente à questão do asfaltamento das estradas, referiu que tinham um procedimento feito para uma determinada quantidade de massa fria e que aquando da realização da prova de orientação pedestre “Portugal O’Meeting”, em Mira, começou-se por efetuar pequenas reparações na estrada florestal, contudo, achou-se por bem repará-la de forma a torná-la transitável até à Casa da Guarda, Canto dos Coelhos. Assim, direccionaram-se todos os esforços para esse local e neste momento, já se estava a proceder a reparações em alguns locais do Concelho, nomeadamente, na bifurcação do Ramalheiro, que era a situação mais grave e que já estava resolvida. Continuou, frisando que estas reparações se iriam realizando pelos casos mais graves e neste momento, era só dar tempo aos serviços para que as conseguissem resolver todas, uma a uma.-----

-----Com respeito à questão da limpeza das valas, mencionou que o protocolo que tinha sido aprovado em reunião de Câmara e que, posteriormente, tinha vindo à Assembleia Municipal, referia que a Câmara Municipal fornecia os combustíveis e pagava-os diretamente, e cedia uma pequena gratificação, muito insignificante, aos militares responsáveis pelo desempenho destas funções, até porque estes não tinham horário de trabalho estabelecido e por vezes, chegavam a trabalhar dez a doze horas por dia, pois tinham de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitar enquanto as condições meteorológicas e as condições do terreno assim o permitiam; pagava-lhes as refeições, sendo a sua diária de dez euros e cedia-lhes alojamento num bungalow, no Parque de Campismo Municipal. Assim sendo, eram estas as despesas que a Câmara Municipal tinha com os militares.-----

-----Neste sentido, lembrou ainda que alguém lhe tinha dito que deviam aproveitar ao máximo enquanto os militares cá estavam porque tão cedo não voltariam. Informou que o Regimento de Espinho possuía quatro máquinas e três delas estavam ao serviço do Município e que neste momento, existiam muitos autarcas das redondezas a solicitar a realização deste tipo de trabalho e por isso, referiu que tudo iriam fazer para que estes resolvessem os problemas maiores.-----

-----De forma a complementar o que tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara, em relação ao saneamento, referiu que, neste momento, foi pedida baixada elétrica para a estação elevatória do Casal do São Tomé e quando o troço Ermida – Casal de S. Tomé estiver pronto, ter-se-á um problema resolvido, problema este chamado “Miroliva” e nessa altura, parafraseando o Sr. Presidente da Câmara, entrarão em funcionamento 22 quilómetros de saneamento, que até agora estavam inoperacionais.-----

-----Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Dr. **João Luís Pinho** (PS), que teceu um voto de apreço pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente, pelo departamento da Cultura, investido na Vereadora da Cultura, pelo apoio que tem prestado a uma das tradições que mais orgulho lhe dava, a si e a muitos dos elementos constituintes desta Assembleia Municipal e que todos sobejamente conheciam, referindo-se aos Caretos da Lagoa. Posto isto, manifestou o seu sentido apreço, por tudo o que tem sido feito neste campo, à Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente, à Sr.^a Vereadora da Cultura pelo acompanhamento dinâmico que tem investido nesta questão.-----

-----Referindo-se ao estado das vias de comunicação, frisou que estas eram sobejamente importantes para que haja um bom fluxo e para que aqueles que nos visitam tenham vontade de regressar.-----

-----Quanto ao poço de engenho, referiu que este estava bonito, mas acrescentou que, para aqueles que nos visitavam, o mais certo era que a sua maioria desconhecesse o que aquilo era ou qual a sua utilidade. Neste sentido, salientou que se deveria dar a conhecer melhor as tradições características da nossa região, tanto nos Museus como nas outras áreas onde se intentava divulgar a nossa cultura e, consequentemente, a cultura gandaresa, assente nas tradições antigas. Posto isto, comentou que, neste campo, se tem desenvolvido um trabalho de forma útil e prática, ressaltando que se podia sempre desejar que se fizesse mais e melhor, mas considerou que o trabalho realizado tem sido bom e por isso, havia que reconhecê-lo, assim como, atribuir o mérito a quem o tinha.-----

-----Relativamente à atividade empresarial do Concelho, referiu que esta, em termos de dimensão industrial, não era muito significativa, se comparada com a da zona norte do país, mas também existiam em Mira empresários de mérito, que inclusive, eram reconhecidos, nomeadamente, através do prémio PME'S Excelência, do IAPMEI e da Banca, entre outros, e que alguns deles, no dia de hoje, iriam ser reconhecidos, numa cerimónia que se realizará na Figueira da Foz. Mais informou que um deles estava presente nesta sala, era ele o Sr. Gabriel Pinho, ao qual deu os parabéns e desejou votos de sucesso.-----

-----Terminou a sua intervenção, salientando que todos os que trabalhavam para o desenvolvimento económico e cultural do concelho, independentemente das cores partidárias que defendessem ou não, se deviam unir, em prol da defesa de um bem maior, de um bem superior que era o desenvolvimento do concelho de Mira, em todas as suas vertentes. Acrescentou ainda que, todo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este ciclo de desenvolvimento deveria continuar e que, neste campo, a atividade empresarial privada era importante, mas a atividade do Município era também muito importante, reiterando assim o apelo para que o Executivo continuasse a apoiar as empresas e que, de uma forma ou de outra, procurasse que este desenvolvimento e esta dinâmica, que ia crescendo pouco a pouco, se mantivesse vigente, para que todos conseguissem alcançar o sucesso.-----

-----Interveio o Sr. Enf.º **Manuel Ferreira Inocêncio** (PSD), que se referiu às obras de saneamento iniciadas na Ermida, manifestando a sua satisfação pela sua prossecução, pois estas envolviam questões que estavam diretamente ligadas com a qualidade de vida das pessoas e por isso, agradeceu com um bem-haja.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS), referindo-se à reflorestação da chamada Floresta do Norte, que já estava, como todos sabiam, nua de árvores há muitos anos. Neste sentido, indagou o Executivo sobre se já tinham tomado algumas medidas para que se procedesse à sua reflorestação.-----

-----Quanto às planeadas obras no Seixo, nomeadamente, a pavimentação entre a Cercimira, o Lar de Idosos e o Pinhal de S. João, pretendeu saber qual era o ponto da situação.-----

-----Em relação à requalificação do Largo e da Rua Miguel Figueira, quis saber que novas havia ou se existia algum procedimento em curso, com elas relacionado.-----

-----Terminou a sua intervenção, manifestando o seu agradecimento à Câmara Municipal, representada pelo Executivo, por ter conseguido trazer a Mira, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado, pois a presença de altas individualidades governamentais, no nosso concelho, era sempre bom porque dava visibilidade ao mesmo e possibilitava que se pudesse incentivar mais as almejadas obras, tanto as que se encontravam paradas como as outras que pertenciam aos nossos anseios, de que avançassem.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Pedro Morais Laranjeiro** (PSD), parabenizando o Executivo pelas excelentes iniciativas que realizou neste início de ano, nomeadamente, pelo fogo de artifício de fim de ano, na Praia de Mira, referindo que este tinha sido muito bonito e acrescentou que este tinha trazido muitas pessoas para passarem a noite de fim de ano, na Praia de Mira; pelos festejos carnavalescos realizados na vila de Mira e também na Praia de Mira, salientando que era sempre bom envolver as associações do concelho em prol da dinamização do mesmo e por fim, pela realização da prova de orientação pedestre “Portugal O’Meeting”, referindo que esta tinha sido muito bem organizada, com o apoio da Câmara Municipal de Mira e com o excelente *feed-back* dos atletas envolvidos nesta prova.-----

-----Informou ainda que teve conhecimento de que alguns atletas estrangeiros, que participaram nesta prova, tinham ficado deslumbrados com a nossa terra e que por isso, prometeram voltar. Assim, salientou que todas as iniciativas, que promovessem o nosso concelho, eram dignas de louvor.-----

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, iniciou a sua intervenção, agradecendo as palavras de reconhecimento que, no geral, foram dirigidas ao Executivo.-----

-----Em resposta ao Sr. Deputado João Luís Pinho, referiu que concordava perfeitamente com as suas palavras, em relação à atividade empresarial, declarando que, como era óbvio, o Executivo se associava aos empresários e às PME’S Excelência. Neste sentido, referiu que, ainda no dia de hoje, iria estar presente, pois fazia questão em estar presente e de acompanhar os empresários do concelho, na cerimónia de reconhecimento das PME’S Excelência, que se iria realizar na Figueira da Foz. Como exemplo da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importância dos empresários, na atividade industrial, referiu que a CIM tinha um conselho estratégico e o Executivo tinha-lhe indicado a Associação Empresarial de Mira, na tentativa ou na perspectiva de que esta seja representativa dos empresários do nosso concelho.-----

-----Informou que, em reuniões já realizadas, o Executivo tem tentado incentivar os empresários e, conseqüentemente, a Associação Empresarial, até porque, neste momento, se iria entrar no novo Quadro Comunitário e neste, as associações empresariais tinham um papel muito importante, pois, eram associações representativas dos empresários, possuindo um enquadramento. Anteriormente, estas referiam-se, quase só praticamente, à área de formação profissional, mas atualmente, não. Posto isto, referiu que partilhava destas preocupações e desta necessidade de se avançar por este caminho, visando o desenvolvimento empresarial.-----

-----Em relação à intervenção do Sr. Deputado Calisto Coquim, disse que, quanto à Floresta do Norte, se tem mantido contactos com o ICNF, os quais se irão manter e reforçar, no sentido de que se proceda à sua reflorestação.-----

-----Quanto às obras no Seixo de Mira, informou que as obras junto aos equipamentos sociais seriam mais breves e que as da requalificação da rua Manuel Figueira estavam mais atrasadas, quer em termos de projeto, quer em termos de andamento.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Laranjeiro, salientou que era conveniente referir que, em relação à prova de orientação pedestre “Portugal O’Meeting”, esta prova tinha corrido bem e informou que, com relação a esta, tinha sido encomendado um estudo ao IPAM, – considerando-o bastante importante e do qual, posteriormente, se daria conhecimento dos seus resultados –. Este estudo visava aferir sobre qual o impacto que um evento desta natureza teria na economia local, considerando que este era o momento e o evento ideal, devido a afluência de pessoas, para se proceder à sua avaliação e para que se obtivessem os dados concretos sobre o seu impacto e



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também, para que, eventualmente, servissem de referência em outros eventos que lhes sejam apresentados ou que queiram realizar e preparar. Em suma, para que tivessem a concreta noção do modo como estes podiam contribuir para a economia local, que, ao fim e ao cabo, era o que se pretendia com a realização deste tipo de eventos, ou seja, dinamizar e mexer com a economia e com o tecido empresarial do nosso Concelho.-----

-----Ainda neste âmbito, informou que se iria enviar um questionário às entidades hoteleiras e aos serviços de restauração, com o intuito de se ficar a conhecer qual terá sido para estes, o impacto resultante da realização deste evento. Mais informou que, pese embora a sua localização, quem o tinha ido ver, certamente que ficou impressionado, pois aquilo era uma cidade montada dentro da floresta, que contou com dois mil e quatrocentos participantes, dos quais mil e oitocentos eram estrangeiros.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da mesma para as intervenções habituais. -----

-----3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco** (PSD) que iniciou a sua intervenção referindo-se aos festejos do Carnaval, salientando que as iniciativas eram sempre de louvar e que estes festejos tinham corrido bem e tinham contado com uma boa participação. Porém, sugeriu que, com base em alguns comentários que lhe tinham sido comunicados, se devia ponderar a realização de um dos desfiles diurnos, na vila de Mira.-----

-----Em relação às obras em curso na rua Raul Brandão, referiu que esta, neste momento, era de um só sentido e que ainda se encontrava em obras, embora em fase de conclusão. Neste sentido, convinha referir que, dentro em breve, devido às obras que se irão realizar na Avenida 25 de Abril, esta constituirá uma alternativa para o trânsito. Assim, sugeriu que se colocassem placas identificativas, nomeadamente, uma de sentido proibido de voltar à direita, para quem viesse da Avenida e outra de proibição de voltar à esquerda, para quem



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

viesses de Portomar.-----

-----Mais informou que tinha conhecimento de que a maioria das pessoas não respeitava o sinal de sentido proibido, presente nesta rua. Com isto, sugeriu ao Executivo que tomasse as providências que considerar necessárias, de forma a evitar que isto continue a acontecer.-----

-----Interveio o Sr. Prof. Doutor **Fernando Regateiro** (PS) que iniciou a sua intervenção pedindo desculpas pelo seu atraso, referindo que este se prendeu com razões profissionais inultrapassáveis.-----

-----Quanto ao facto de se ter em Mira, a presença e a colaboração do Exército na limpeza das valas, facto este que aqui na Assembleia devia ficar registado e gostaria de saber quais as contrapartidas, quais os custos, em termos de logística ou de outra ordem, que a Câmara Municipal lhe estava a dar pela sua colaboração, referindo que seria benéfico que estes aspetos fossem também expressos junto da população, frisando que ele próprio era um grande admirador dos nossos militares.-----

Mais considerou que o facto do nosso concelho poder contar com a sua colaboração e com o seu trabalho era uma intervenção cívica, a todos os títulos, digna de registo.-----

-----Interveio a Sr.^a Dr.^a **Telma Milene Salvador** (PSD) que felicitou o Executivo pelo empenho e dedicação verificados no processo da AIBAP, que conduziram à recuperação do projeto e assim, possibilitaram a recuperação e a utilização de um edifício que possuía condições de excelência e que, embora esta tenha tido custos elevadíssimos, mas sobejamente justificados, pois esta encontrava-se posta ao abandono e à mercê de atos de vandalismo. A recuperação do projeto permitiu assim, a assinatura do protocolo com a Universidade de Coimbra, o qual era também motivo de felicitação e elogio, assim como a inauguração do Campo de Tiro. Estes atos solenes, tinham contado com a presença do Exmo. Sr. Ministro, o Professor Doutor Miguel Pinares Maduro, que muito aprazia com a sua presença, pois uma vez mais demonstrou o apoio



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que prestava ao Executivo, e principalmente, ao povo Mirense. Posto isto, renovou os seus votos de sinceros parabéns.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS) que pediu desculpas pelo seu atraso, justificando que tinha estado em funções noutra situação e por isso, tornou-se impossível comparecer atempadamente, ao início desta reunião.-----

-----Posto isto, referiu-se a assuntos relacionados com a Freguesia da Praia de Mira, mais especificamente, com as obras que estavam em curso nesta Freguesia. Neste âmbito, fez um pequeno reparo e um pequeno pedido ao Executivo, no sentido de que exista, por parte deste, um maior acompanhamento das obras que estavam a decorrer, talvez nas obras de maior volume, porque em termos de celeridade e por vezes até, de sensibilidade, no acompanhamento dia a dia, da evolução das mesmas, pois por vezes, os empreiteiros falhavam e por isso, tornava-se necessário que houvesse um acompanhamento mais efetivo. Até porque, o acesso a certas ruas, que neste momento se encontravam em obras, tornava-se complicado para os seus moradores e para os comerciantes que aí possuíam os seus comércio. Mais referiu que, como todos sabiam e disso tinham consciência, as obras eram necessárias e que estas implicavam, exatamente, este tipo de problemas, mas, por outro lado, com alguma sensibilidade, estes poderiam ser minorados. Em relação aos prazos de execução das obras, considerou que, por vezes, ao dialogar-se com os empreiteiros, negociando com eles, poder-se-ia terminar mais rapidamente algumas situações.-----

-----Relativamente à entrada da Praia de Mira, referiu-se às requalificações da rotunda, declarando que as primeiras intervenções não tinham corrido muito bem, tendo-se procedido depois a uma nova intervenção e então sim, a rotunda acabou por ficar embelezada, mas a realidade era que a envolvente ainda precisava de mais qualquer coisa, pois, quando se chegava à Praia de Mira, notava-se que esta andava em obras há um ano e meio, pelo menos naquela rotunda, e estas nunca mais terminavam. Posto isto, reiterou a ideia de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que era necessário ter uma intervenção mais efetiva e mais bem planeada, naquele caso. Acrescentou que havia, pelo menos, dois acessos que tinham de ser revistos, mais concretamente, o acesso entre a rotunda e o pronto-a-vestir “O Manequim”, tanto de um lado, como do outro. Quanto à continuação dos passeios, sugeriu que este problema fosse resolvido, tanto em termos de embelezamento, como em termos de melhor servidão para os cidadãos que por ali passeavam, não esquecendo os acessos à pista. -----

-----Ao referir-se à pista pedonal, salientou que esta precisava, indiscutivelmente, de uma intervenção. Disse que este assunto já tinha sido alvo de referência, por diversas vezes e que, inclusivamente, sobre este já tinha falado com o Executivo. Mais disse que, para esta, as obras já estavam planeadas, mas, pretendia saber para quando seria a sua execução.-----

-----Terminou a sua intervenção, informando que tinha sido convocado para uma reunião, que se tinha realizado na passada quarta-feira, a qual se referia ao planeamento da época balnear, ou melhor, esta constituiria o início da criação de uma comissão, constituída por diversas pessoas, para que esta fizesse o planeamento da época balnear. Neste sentido, saudou o Executivo por essa iniciativa e também, por este ter considerado / ouvido uma sugestão feita por si, até porque, já há algum tempo vinha referindo a importância de que se criasse uma metodologia de trabalho para planear a época balnear, com os elementos das diversas Juntas de Freguesia, juntamente com o Executivo, com os Bombeiros Voluntários e com a GNR, pese embora considerasse que esta pecava por tardia, pois já podiam ter iniciado este trabalho, no ano passado, e assim, este ano estariam melhor preparados.-----

-----Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, iniciou a sua intervenção agradecendo a todas as associações pelo trabalho dinamizado aquando dos festejos carnavalescos, destacando que estas tinham realizado um trabalho importantíssimo e desempenharam um grande e relevante papel no desfile de Carnaval, pois, como todos sabiam, o Carnaval tinha sido feito pelas associações do Concelho e a Câmara Municipal apenas tinha disponibilizado a parte logística, assim como, um pequeno apoio monetário às mesmas. Posto isto, agradeceu a todas as associações que tinham estado presentes e que tinham participado, pelo seu empenho, salientando que se tinha conseguido realizar um Carnaval que, para o primeiro ano da sua realização, considerou que tinha sido excelente, pois tinha contado com a participação de mais de trezentos participantes e com muita mobilização, mas que era possível, como sempre, melhorar.-----

-----Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, referindo que já tinham tido a oportunidade de falar sobre a questão dos festejos de Carnaval se puderem realizar tanto em Mira, como na Praia de Mira e acrescentou que estavam sempre recetivos às sugestões, no sentido de se poder melhorar e de se fazerem as coisas da melhor maneira possível, em todos os aspetos, e que iriam tentar fazê-lo já no próximo ano. Posto isto, afirmou que a sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira será tida em conta, assim como, a sua proposta em relação à rua Raul Brandão, a qual consideravam válida e com a qual concordavam inteiramente.-----

-----Em resposta ao Sr. Vereador Fernando Regateiro e em relação ao protocolo com os militares, referiu que o mesmo já tinha ido a reunião de Câmara e visto ser um documento público, disse que teria todo o gosto em facultar-lhe uma cópia.-----

-----Quanto aos custos, esclareceu que o valor unitário, por máquina e por hora, era de 7,10€ (sete euros e dez cêntimos) e como este se referia a três máquinas, somava um total de 21,30€ (vinte e um euros e trinta cêntimos) por



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hora; o pagamento ao Sargento correspondia a 4,21€ (quatro euros e vinte e um cêntimos), por dia e quanto aos quatro praças, correspondia a 3,98€ (três euros e noventa e oito cêntimos) por dia, totalizando 15,92€ (quinze euros e noventa e dois cêntimos), a despesa inerente a estes últimos. Em relação ao gásóleo, informou que este era pago pela Câmara Municipal e correspondia a oitocentos litros de gásóleo, de dois em dois dias; quanto a cada um dos cinco homens que realizavam os trabalhos, era-lhes atribuído 10€ (dez euros) por dia, para o pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar, perfazendo um total de 50€ (cinquenta euros) por dia. Mais informou que estes estavam alojados nos bungalows do Parque de Campismo Municipal e que posteriormente seria feita esta compensação e acerto de contas, sempre que estes emitissem faturas. Posto isto, disponibilizou-se para, no final desta reunião, efetuarem as contas totais, mas afirmou que, com toda a certeza, estes eram os valores que têm sido gastos com os militares. -----

-----Informou que se iria fazer uma segunda extensão ao referido protocolo, a qual será apresentada numa próxima reunião de Câmara. Mais disse que, como todos sobejamente sabiam, o facto da comunicação social ter acesso a determinados assuntos, tinha coisas boas, mas também tinha coisas más, ou seja, ao divulgar-se esta extensão do protocolo, aquando da visita do Sr. Ministro, o interesse de muitos municípios, que já era grande e tem vindo a aumentar muito, sobre esta forma de trabalhar aumentaria. Sabia, inclusivamente, que este tipo de trabalho de cooperação estava a ser muito solicitado, até porque, ainda durante esta semana, o sargento responsável o tinha alertado para o caso de se pretender realizar mais alguns trabalhos, com a sua colaboração, este era o momento ideal, porque assim que estes forem daqui embora, não voltariam tão cedo, pois as solicitações dos outros municípios eram muitas. Posto isto, informou que se iria estender a realização deste tipo de trabalho a outras áreas do Município.-----

-----Em relação à intervenção da Dr.^a Telma Salvador, mencionou que já se



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha referido ao protocolo com a Universidade de Coimbra e sobre a AIBAP, salientando que, relativamente a estes, esperava que corresse tudo bem e que tudo fariam para que assim fosse.-----

-----Respondendo agora ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, referiu que o acompanhamento das obras era efetuado, embora, por vezes não fosse realizado da melhor forma. As instruções e as recomendações, dadas por si aos serviços técnicos, eram sempre no sentido de que estes fizessem um acompanhamento pleno. Sobre isto, destacou o papel desempenhado pelo Sr. Vice-Presidente, que quase todos os dias, senão mesmo, todos os dias, andava no terreno, junto das obras em curso e que por mais não fosse, o libertava a si para que se pudesse ocupar de outras funções.-----

-----Quanto ao término mais célere das obras, em relação à questão da pista pedonal e à questão da envolvente da rotunda da Praia de Mira, referiu que, junto à rotunda, como já deviam ter reparado, já lá se encontravam uns montes de areia, e como era óbvio, também o Executivo gostava que as obras decorressem de uma forma rápida, mas frisou que se tinha de avançar consoante fosse possível, ou seja, ir fazendo, mas acautelando a sustentabilidade financeira. Neste sentido, explicou que, ao jeito do que já tinha feito, por diversas vezes, em outras reuniões da Assembleia Municipal, algumas destas obras que se encontravam em execução, podiam ser realizadas de forma mais rápida, pois, provavelmente, em termos técnicos até teriam exequibilidade para serem realizadas rapidamente, mas, em termos financeiros, com as limitações que tinham, nomeadamente, dos fundos comunitários disponíveis, por vezes, a execução física dos projetos poderia ser mais rápida, mas também, a execução financeira tinha de ser mais prolongada no tempo, de forma a que lhes fosse possível chegar a mais sítios. Em jeito de conclusão, reconheceu que seria melhor a realização das obras em menos tempo, mas tinham que ter sempre presente que estas implicavam a junção de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

três componentes, ou seja, a componente técnica, a componente de execução e a componente financeira. Neste sentido, referiu que, como era óbvio, a questão da envolvente da rotunda da Praia de Mira também partilhava deste cenário e que por isso, esta iria avançando, com recurso aos meios disponíveis e à medida das possibilidades do Executivo Camarário, mas garantiu que até ao verão, esta estaria terminada. Mais informou que o mesmo se passava com a pista pedonal, a qual será alvo de intervenção, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e que esta se realizaria em breve.-----

-----Em relação à reunião realizada com o grupo de trabalho criado para preparar a época balnear, em todo o Concelho, manifestou o seu contentamento, pois esta tinha sido bastante produtiva. Mais acrescentou que não se iria pronunciar sobre a paternidade da ideia ou da sugestão, pois para que disso se tivesse conhecimento, bastava consultar as atas anteriores.-----

-----Posto isto, ressaltou que o importante era que as coisas se colocassem neste patamar e explicou que, em virtude da reunião realizada com os representantes do Partido Socialista – que por um lapso seu, não tinham estado presentes, nem estes, nem os do Partido Social Democrata –, mas estiveram presentes os representantes do MAR, o Sr. Comandante dos Bombeiros e o seu Adjunto, o Sr. Comandante da GNR, assim como, o Sr. Comandante Operacional da Proteção Civil, com o objetivo de preparar a época balnear, na Praia de Mira. Nesta abordaram-se várias questões, nomeadamente, os estacionamento, os terrados, o caravanismo e mais uma série de questões pertinentes. E assim, com a colaboração de todas as entidades responsáveis, Juntas de Freguesia e sempre com a presença da Assembleia Municipal, representada por todas as forças partidárias, tinha-se realizado a primeira reunião de muitas, pois nesta já tinha ficado agendada a próxima, que se realizará no dia onze de março do corrente ano e para a qual se solicitou a todos os seus participantes que refletissem e apresentassem ideias sobre aquilo que se poderá fazer em relação à época balnear. Portanto,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este grupo irá trabalhar nesse sentido, com o objetivo primordial de que a época balnear decorra da melhor forma possível, com todas as entidades.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** pediu a todos os presentes para serem o mais concisos possível, pois o Sr. Presidente da Câmara tinha um compromisso, em representação do Município, compromisso esse que também dizia respeito ao laureado Sr. Gabriel Pinho, presente nesta Assembleia, ao qual, em nome de todos os outros, deu os parabéns.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz** (PSD), enaltecendo a clareza dos dados apresentados, a dinâmica demonstrada neste relatório, assim como, a questão financeira, com a continuidade dos pagamentos em atraso e situações regularizadas. Mas, convinha aqui salientar, o facto de finalmente, e após largos anos, começar a verificar que se realizavam algumas intervenções na Freguesia, a qual representava, e neste sentido, manifestou o seu agrado. Referia-se nomeadamente, à rotunda da A17, à passadeira elevatória em frente ao Centro de Bem-Estar Infantil do Seixo, às guardas de proteção nos acessos à A17, e também, de outras pequenas intervenções. Posto isto, terminou a sua intervenção, manifestando o seu agradecimento.-----

-----**PONTO DOIS: Autorização, nos termos do n.º 2, do art.º 64.º da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, para prosseguir procedimento concursal de recrutamento excecional de trabalhadores, tendente ao preenchimento**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um posto de trabalho, designadamente, um Assistente Operacional, na área de atividade de eletricista. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

----- 1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** explicando que este concurso já tinha alguma duração e que agora se encontrava em fase final, faltando só homologar a lista de classificação final, mas como entretanto esta não tinha sido homologada, era necessário proceder-se a uma renovação e que nos próximos dias, esta estaria resolvida.-----

-----VOTAÇÃO: -----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----PONTO TRÊS: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção explicando que, aquando da celebração dos protocolos com as Juntas de Freguesia, não tinha sido contemplada a Zona Industrial, esta necessitava apenas de intervenções pontuais, que não implicavam um carácter de continuidade, pese embora existissem intervenções que era necessário fazer-se. Assim, em conversa com a Junta de Freguesia do Seixo e pela falta de meios e disponibilidade dos serviços para efetuarem essas intervenções, acordou-se que seria esta Autarquia que as realizaria. Neste sentido, referiu que para além dos passeios, a Câmara Municipal também aí possuía lotes, para além dos lotes com partes comuns à Zona Industrial e que ambos estavam a ficar num péssimo estado,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com acácias e vegetação. Portanto, para se solucionar o problema, decidiu-se realizar um protocolo com a Junta de Freguesia do Seixo e esta procederá às intervenções necessárias nas Zonas Industriais, quer as do Pólo I, como as do Pólo II, resolvendo assim alguns dos problemas que tem sido levantados nas reuniões da Assembleia.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** (PS) solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que o esclarecesse se este protocolo era para atribuir verbas para que fosse a Junta de Freguesia do Seixo a fazer a limpeza ou se era para contratar alguém externo para a fazer.-----

-----De imediato lhe respondeu o Sr. **Presidente da Câmara**, dizendo que era a própria Junta de Freguesia do Seixo que procederia aos trabalhos de limpeza.--

-----Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz** (PSD) referindo que a Junta de Freguesia, a qual representava, estava, como sempre, disponível para colaborar no que quer que fosse, e mais uma vez, isso se demonstrava. Mais disse que convinha salientar que já tinham sido realizados vários trabalhos, conforme solicitação do Sr. Presidente e justificados por dificuldades logísticas, à qual prontamente acederam. Acrescentou que este facto motivou algumas críticas por parte dos Srs. Deputados do PS, porque consideravam que o protocolo devia ter sido feito nessa altura e manifestou a sua tristeza pelo facto de não compreender como era possível que se votasse contra este protocolo. A intervenção por estes proferida, foi de que achavam que este protocolo já devia ter sido feito antes - embora desconhecesse se o Deputado que a proferiu estaria a falar só por si ou em nome dos três Deputados que representavam o partido político - mas esta não tinha sido possível. Mais referiram que até tinha havido, nestes trabalhos de limpeza, usurpação por parte da Junta de Freguesia do Seixo, pois esta tinha limpado terrenos que não estava habilitada a limpar.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais referiu que, em anos anteriores, houve também a realização de protocolos idênticos – mas não com esta dimensão de trabalhos – entre Executivos anteriores e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpezas, remoção de lixo, de ramadas, entre outros. Posto isto, frisou que não era a primeira vez que se fazia um protocolo deste género, embora este representasse uma maior dimensão, porque albergava as proteções da Zona Industrial, alguns lotes e os passeios.-----

-----Destacou que, e reforçando as palavras do Sr. Presidente da Câmara, estas obras serão realizadas pela Junta de Freguesia, mas, poderia ser equacionada a sua execução por uma empresa, se isso se traduzisse em poupança, afirmando que o que era importante referir era que trabalhos similares a este já tinham sido realizados noutros anos e por valores significativamente superiores aos que estavam estabelecidos neste protocolo. Frisou que considerava ser este o principal interesse, ou seja, não fazia sentido entregar os trabalhos a uma Junta de Freguesia, se não fosse para ter uma poupança de dinheiros para os cofres da Câmara Municipal de Mira e neste sentido, informou que sabia que esta poupança seria de cerca de 30 a 40%, tendo como referência os trabalhos que já tinham sido realizados por privados. Assim, concluiu que se tinha conseguido baixar os valores e ao mesmo tempo, efetuar os trabalhos, considerando que este facto era o cerne da questão, pois de nada valia estar a celebrar protocolos, se o seu objetivo não fosse a poupança ou a redução de custos, para o Município e para o Concelho, em geral.-----

-----Posto isto, concluiu a sua intervenção manifestando, mais uma vez, a sua tristeza em relação ao voto contra a celebração deste protocolo pelos Deputados do PS.-----

-----Interveio o Sr. **Gabriel Miranda Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, inquirindo se este protocolo era para a Zona Industrial do Pólo II, como ficava a situação do corte e limpeza das acácias do Pólo I ? Mais disse



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que pela mesma quantia, também a Junta de Freguesia dos Carapelhos estava disposta a celebrar um protocolo.-----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** de imediato lhe respondeu que o poderiam celebrar, mas esta área dizia respeito à Junta de Freguesia do Seixo e assegurou que, se a limpeza não fosse efetuada por esta Junta de Freguesia, a mesma seria efetuada pelos serviços da Câmara.-----

-----VOTAÇÃO: -----

-----Submetido a votação, o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com três abstenções do PS. Não votou o Sr. Dr. Tiago Cruz, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artº. 55º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, cumprindo com o previsto no artº. 44º. do C.P.A.-----

-----PONTO QUATRO: Revisão do protocolo celebrado entre o Município de Mira e a “Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A”. -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção, informando que esta era uma revisão em baixa. Continuou, explicando que em 2010 foi celebrado um protocolo entre o Município de Mira e a Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, no qual havia uma comparticipação do Município numa série de projetos e que essa comparticipação ascendia a cerca de 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros), dos projetos que fossem executados. Uma vez que, alguns projetos não tinham sido executados e que uma série de ações não tinham sido levadas a cabo, por o programa Polis 1 estar a chegar ao fim e consequentemente, se iria iniciar o programa Polis 2, urgia a necessidade – e esta foi entendida entre as partes – de se rever este valor, ou seja, uma vez que não se tinha realizado uma série de ações, não se justificava estar a pagar a comparticipação que cabia ao Município.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Mais informou que nas últimas negociações com a Polis, o Executivo Camarário tinha conseguido, mesmo no limite final do concurso público, colocar uma obra de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), que não implicava a comparticipação do Município e que era a requalificação das margens do Canal e das portas d' água.-----

-----Disse ainda que esta obra se iria iniciar e que se encontrava numa fase bastante adiantada do concurso público, mas o que certo era que, dentro deste quadro comunitário e no âmbito do programa Polis 1, já não era possível avançar com mais nenhuma obra. Portanto, havia empreitadas, como a de Mira, que continuariam a avançar, assim como outras já em curso. Mas, no que dizia respeito ao programa Polis Litoral Ria de Aveiro, vulgarmente denominado de Polis da Ria 1, já não havia projetos para avançar ou fazer. Posto isto, salientou que já tinham manifestado o seu interesse em participar no programa Polis da Ria 2, que estava a ser preparado pela Comunidade Intermunicipal de Aveiro e pela ARH e então, ai sim, será possível colocar em marcha algumas destas obras e de outras que sejam sugeridas.-----

-----Assim, frisou que este ponto se referia a uma revisão do protocolo, em que os montantes a pagar pelo Município de Mira não seriam aqueles que estavam contemplados no protocolo porque, na realidade, estas obras não foram feitas.-

-----Reiterou que, naquele momento e no âmbito deste quadro, já não era possível iniciar com estas obras e que a pressão política que se teria de fazer junto dos responsáveis pelo programa Polis da Ria 2, seria relativa à Barrinha e à sua drenagem e, obviamente, equacionar outros caminhos que conduzissem ao objetivo final de requalificação, de arranjo e de preparação da Barrinha.-----

-----Concluiu a sua intervenção, destacando que esta era uma revisão do protocolo, revisão em baixa dos valores a pagar e informou que a estrutura financeira e o prazo de vigência, que a este dizia respeito, terminava em 2013. Assim, terminado o protocolo, não existiam obras que não tenham sido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executadas, mas havia um acerto de contas que teria de ser feito entre o Município de Mira e a Polis Litoral Ria de Aveiro.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr.ª Dr.ª **Ana Maria Laranjeiro** (MAR) referindo que o MAR gostaria de saber quais foram as obras que não tinham sido executadas, ou seja, as que estariam previstas e que não foram realizadas.-----

-----Continuou, apelando para o reforço e para que se faça pressão, no próximo programa da Polis Litoral Ria de Aveiro, no sentido de que se proceda à dragagem da Barrinha.-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS) referindo que, como era normal, todos sempre pretendiam que o Executivo camarário pagasse menos, mas neste caso específico, este facto era de lamentar, pois o bom seria que o Executivo tivesse feito o investimento total, o que significaria que todas as obras previstas tinham sido executadas e que o programa Polis não tinha sido realizado só por uma percentagem.-----

-----Neste sentido, referiu que isto era a constatação do óbvio, ou seja, o atraso e o cancelamento das obras do programa Polis, em 2012, foi extremamente prejudicial para o Concelho de Mira. Mais disse, e recordando o programa Polis que foi assinado no dia 21 de Janeiro de 2009, com uma previsão de conclusão para o final do ano de 2013, com um valor total de investimento, no Concelho de Mira, de cinco milhões e meio de euros (5 500 000,00€), dos quais quatro milhões de euros (4 000 000,00€) eram diretos e um milhão e meio (1 500 000,00€) era indireto. No final de contas, considerou que era de lamentar seriamente esse cancelamento, embora não de forma total, pois tinham-se iniciado algumas obras previstas, mas sendo certo que o Concelho de Mira tinha ficado extremamente prejudicado com esta situação.-----

-----Posto isto, frisou que lamentava o sucedido e seguiu referindo que se tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tratado de uma questão de escolhas políticas e que estas, no ano de 2012, tinham prejudicado seriamente o Concelho de Mira.-----

-----Relativamente ao futuro, referiu que, como todos sabiam, ter-se-ia que assumir uma nova forma de pressionar e de se habilitar às candidaturas possíveis, de forma a conseguir as intervenções almejadas, sendo certo que se continuava a referir a Barrinha como caso prioritário. Em jeito de desabafo, considerou que se tinha tido, mais uma vez, a incapacidade de se ver resolvido este problema.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** interveio e respondendo à Sr.ª Deputada Ana Maria Laranjeiro, disse que, das obras mais significativas, as que não tinham sido executadas eram as da Barrinha e as do Cais do Areão, pois as restantes eram obras de projetos de divulgação da Barrinha.-----

-----Informou que, a estas obras não financiadas pelo Município de Mira e acrescentando aos valores dados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, ter-se-ia que juntar o valor da obra, de oitocentos mil euros (800 000,00€), que não iria ter nenhuma comparticipação do Município e que tinha sido a última que se conseguiu que o programa Polis da Ria realizasse.-----

-----Mais informou que as obras que não tinham sido executadas foram: Valorização dos Recursos como fator de competitividade económica e social, Reordenamento e Valorização da atividade piscatória, nos recursos piscatórios marítimos, - que entretanto foi realizado por outro programa, pelo AD ELO, no anterior Executivo -, Promoção e Dinamização da Vivência da Ria, Informação e Promoção Territorial, plano de marketing territorial, Plano de Circuito – Valores Ambientais – Birdwatching – e, Beneficiação das Estruturas de Apoio



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às atividades de recreio náutico, que consistia na construção de pontões, na Barrinha, no valor de sessenta e três mil euros (63 000,00€). Posto isto, declarou que o grosso deste montante era representado pelas obras no Cais do Areão e pela obra da Barrinha. Quanto a esta, referiu que a Barrinha tinha um problema que se prendia, para além da execução física do concurso da obra, com a questão do estudo de impacto ambiental e com os estudos de avaliação que ainda não estavam concluídos, pois havia um estudo global para incluir no programa Polis Ria de Aveiro, ou seja, um estudo global feito para a Ria e que, obviamente, demoraria muito mais tempo.-----

-----Mais referiu que já se tinha tentado que se retirasse a Barrinha de Mira desse estudo, ou seja, que se fizesse o estudo, mas que depois, se retirasse dele, só a parte da Barrinha e a do Canal, para ver se conseguiam uma intervenção mais rápida, porque assim poderiam agilizar os procedimentos, mas que a resposta que obteve foi de que, naquele momento, esta hipótese não era possível. Assim, frisou que existia já a perspetiva e essa expectativa, criada para o programa Polis 2. Posto isto, salientou ainda que tinham tentado fazê-lo no final do programa Polis, no final deste quadro comunitário, mas o mesmo não foi possível.-----

-----Concluiu a sua intervenção, respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, dizendo-lhe que partilhava da sua opinião quanto à morosidade do processo que à Barrinha dizia respeito, mas como políticos que eram, não podiam desistir e, como já anteriormente tinha referido, para além da Polis e desta frente, estavam a abrir outra frente, outra maneira de se conseguir atingir o objetivo pretendido.-----

-----O Sr. **Vice-Presidente da Câmara** tomou a palavra e esclareceu que, em relação à Barrinha, esta constituía um problema com o qual todos se defrontavam há muito tempo e que tardava a ter solução. Quando o Presidente do Executivo era o Sr. Dr. Mário Maduro, iniciou-se um estudo pela “Hidroprojeto”, encomendado pela CCDR de Coimbra, que acabou por ser



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado, ao contrário do que havia sido afirmado numa reunião de Câmara.---
-----Mais disse que a CCDDR o tinha considerado um mau projeto e daí a sua indignação aquando da sua aprovação e justificou que por causa desta, não podia ser elaborado um novo projeto. Posto isto, referiu que, neste momento, existia um projeto encomendado, para toda a Ria de Aveiro e que este incluía a Barrinha, o que significava que, muito embora estivesse orçamentado, aquele projeto não podia ser candidatado, no contexto do Impacto Ambiental. Concluiu, realçando que este facto era frustrante para todos, mas era a realidade que existia.-----

-----VOTAÇÃO: -----

-----Submetido a votação, o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com três abstenções do PS e restantes votos a favor.-----

-----PONTO CINCO: Redução, nos termos do artº. 213º. da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (OE 2015), em articulação com o nº. 13, do artº. 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da taxa de IMI a famílias com dependentes. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara**, explicou que o Orçamento de Estado para 2015 permitia uma isenção e/ou redução da taxa de IMI, a famílias com dependentes, conforme referido no respetivo documento e que eram de 10% de redução de taxa, para famílias com um dependente a seu cargo; 15% de redução de taxa, para famílias com dois dependentes a seu cargo e de 20% de redução de taxa, para famílias com três dependentes a seu cargo. Assim, e como era óbvio, havendo esta oportunidade e fazendo as contas, depois de se ter feito um levantamento, o Executivo decidiu trazer aos Órgãos competentes esta isenção e esta redução do imposto, para as famílias com maiores dificuldades, nomeadamente, para as famílias com um rendimento per capita de quatrocentos e quarenta euros (440,00€), o que dava direito - para um casal que tenha cerca de oitocentos a novecentos euros (800,00 / 900,00€) de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rendimentos mensais e com dependentes a seu cargo - a esta isenção.-----

-----Terminou a sua intervenção salientando que esta tinha sido a janela máxima que o Governo permitiu, dentro do Orçamento de Estado, e como era óbvio, o Executivo aproveitou-a e irá colocá-la em prática.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio a Sr.ª Dr.ª **Ana Maria Laranjeiro** (MAR), que começou por referir que, no contexto de crise que o País atravessava, qualquer redução de impostos diretos era sempre bem-vinda. Mais disse que o MAR se congratulava com esta proposta de redução do IMI, pois esta certamente iria contribuir para um alívio da carga fiscal das famílias com rendimentos mais baixos.-----

-----Continuou, referindo que esperava que estes agregados familiares que iriam beneficiar desta redução, conseguissem depois canalizar devidamente esse valor, em virtude da melhoria das condições de vida dos seus dependentes.-----

-----Acrescentou ainda que o MAR esperava também que esta redução pudesse contribuir para a fixação de população no Concelho.-----

-----Por último, sugeriu ao Executivo que se equacionasse a hipótese de alargar esta redução às famílias que tivessem dependentes idosos a seu cargo e a famílias monoparentais.-----

-----Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS) referindo que também se congratulava com esta redução da taxa de IMI, que já se encontrava na taxa mínima – era para ficar na taxa máxima, mas afinal ficou na taxa mínima -, e não podia baixar mais. Posto isto, considerou que o Executivo tinha aproveitado e bem, esta situação que estava prevista na Lei.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) referindo que também se congratulava com esta iniciativa, embora tivesse, quanto a esta, uma reserva,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou seja, a má utilização desta boa vontade. Com isto, chamou a atenção para o que acontecia muitas vezes com, por exemplo, o apoio escolar, o qual, por vezes, beneficiava indevidamente muitas pessoas.-----

-----Mais referiu que os critérios de seleção não eram suficientes e, neste sentido, sugeriu que se verificassem os sinais exteriores de riqueza, embora soubesse de antemão que este não era um critério objetivo, mas à falta de melhor, considerou que pelo menos este podia cortar algumas pretensões menos honestas.-----

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e respondendo à Sr.ª Deputada, Dr.ª Ana Maria Laranjeiro, explicou que a questão por si levantada estava definida no Orçamento de Estado, mas este ano, este foi alterado e a questão dos dependentes, para efeitos de I.R.S. e durante o corrente ano, também contemplava os ascendentes, na Lei do Orçamento de Estado.-----

-----Quanto à questão suscitada pelo Sr. Eng.º Calisto Coquim, esclareceu que à Assembleia Municipal competia fixar, sob proposta da Câmara, esta taxa e o Executivo apenas se limitava a comunicar o que esta deliberou. Posteriormente, quem validava a aplicação e os seus dados era a Administração Fiscal. Portanto, qualquer critério que aqui se definisse, não teria validade, pois quem fazia a aplicação da cobrança dos impostos era o Estado Central, ou seja, o Serviço de Finanças.-----

-----Em resposta ao Sr. Deputado Carlos Nora, referiu que, na última vez que se tinha discutido, em Assembleia Municipal, esta questão, disse que pensava ter ficado claro que aquilo que o Executivo pretendia era fixar a taxa pelo mínimo.-----

-----VOTAÇÃO: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetido a votação, o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção, do Sr. Eng.º Calisto Coquim (PS) e restantes votos a favor.-----

-----**PONTO SEIS: Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e respetivo substituto, para representação das Juntas de Freguesia do Concelho de Mira no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que iniciou a sua intervenção referindo que este será um cargo muito importante, pois representava as Juntas de Freguesia do Concelho de Mira. Nesse sentido, o MAR considerava que, por bem, se deveria ter uma pessoa experiente e com mais conhecimento, tanto negocial como presencial, neste Congresso de Juntas de Freguesia, da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Posto isto, propuseram, de modo informal, o nome do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, o Sr. Gabriel Pinho, para o desempenho efetivo deste cargo e para substituto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, o Sr. Prof. Artur Fresco.-----

-----Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD), informando que o grupo municipal do PSD propôs o nome do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, o Sr. Prof. Artur Fresco, para efetivo e para substituto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, o Sr. Gabriel Pinho.-----

-----**VOTAÇÃO:**-----

-----Procedeu-se, de seguida à votação, mediante escrutínio secreto, da lista apresentada pelo PSD, a qual foi **aprovada por maioria**, com quinze votos a favor e oito votos em branco.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Assim, foram eleitos para representantes das Juntas de Freguesia do Concelho de Mira no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Prof. Artur Fresco e substituto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho.-----

-----PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2014, nos termos da alínea h), do artº. 18º., da Lei nº. 147/99, de 01 de setembro.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da mesma para as habituais intervenções. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) dizendo que este relatório poderia ter uma abordagem mais qualitativa, pois esta era uma abordagem muito estatística, o que o tornava de difícil interpretação para quem não estivesse dentro desta área.-----

-----Mais referiu que este parecia estar muito completo, mas deveria apresentar um resumo ou uma conclusão mais qualitativa, sobre o trabalho efetuado, ou seja, se este tinha sido realizado com sucesso ou se estas ações tiveram uma repercussão positiva ou negativa, entre outras.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS), referindo que as suas palavras iam de encontro às do Sr. Eng.º André Monteiro e acrescentou que este relatório deveria ser um “*executive report*”, mas não o era, pois era apenas uma cópia de um instrumento de trabalho que tinha sido utilizado para fazer a recolha e seriação – embora esta última não se verificasse - , pois se não, ter-se-ia partido para um tratamento estatístico dos dados.-----

-----Mais considerou que era precisamente isso, o que seria necessário neste relatório e, neste sentido, pretendeu saber qual a finalidade dos dados recolhidos e perante estes, se seria necessário realizar alguma intervenção por parte da Câmara Municipal.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu ainda que, após a leitura do relatório, não se ficava elucidado em relação a algumas questões, nomeadamente, qual seria o balanço da situação, face ao ano anterior e sobre qual seria o pior cenário: o insucesso escolar ou o facto dos nossos jovens começarem a beber muito cedo.-----

-----Posto isto, afirmou que estes dados não transpareciam neste relatório, referindo que era esse “*output*” que se esperava deste tipo de relatório e para isso, a Câmara tinha os técnicos de Serviço Social que supostamente deveriam realizar este trabalho de base e posteriormente apresentá-lo, tanto à Câmara, como à Assembleia.-----

-----Neste sentido, salientou que era, precisamente isso que se esperava, porque, neste momento, não se sabia qual a resposta que a Câmara Municipal estava a dar aos seus Munícipes, até porque, sabia que as Instituições estavam a trabalhar bem e que o Executivo estava a realizar boas iniciativas – como o caso da redução do IMI –, mas isso não era o suficiente, pois provavelmente, havia outras valências que não estavam a ser convenientemente tratadas e, de facto, a Assembleia Municipal gostaria de ter uma visão mais geral do que era o Serviço Social, na Câmara e no Município.--

-----1.ª INTERVENÇÃO DA SR.ª VEREADORA DA CÂMARA: -----

-----A Sr.ª Vereadora **Dr.ª Dulce Cainé** explicou que este era um relatório imposto pela Comissão Nacional e que estava numa aplicação informática, a partir da qual se fazia a recolha dos dados inseridos e de todas as informações reportados por todas as comissões.-----

-----Referiu ainda que não havia situações piores ou melhores, porque todas eram más, pois tudo o que se referia a qualquer tipo de problema que pudesse surgir numa criança ou num jovem era mau, quer fosse o absentismo escolar, uma violação dos seus direitos, uma agressão física ou o alcoolismo. Portanto, a avaliação destes dados não se podia realizar nestes moldes.-----

-----Mais informou que esta situação, no Concelho e segundo aquilo com que se tinha deparado, neste seu último mandato na Comissão de Proteção de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Crianças e Jovens, não tem vindo a melhorar, mas, por enquanto e felizmente, não existiam, no Concelho, situações muito graves. Porém, como todos sabiam, muitas vezes estas situações estavam camufladas.-----

-----Concluiu a sua intervenção considerando que, comparativamente à dimensão do Concelho de Mira, já tinham em mão muitos processos. Quanto aos processos em si, declarou que não podia dar mais informações, pois estes eram assuntos sigilosos.-----

-----Interveio o Sr. Eng.º **Calisto Coquim** (PS) referindo que aquilo que a Sr.ª Vereadora tinha dito, especialmente no final da sua intervenção, era exatamente o que deveria ter transparecido para a Assembleia, mas não só, assim como também, dar conhecimento da forma como os comportamentos têm evoluído ao longo dos anos.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DA SR.ª VEREADORA DA CÂMARA: -----

-----Interveio a Sr.ª Vereadora **Dr.ª Dulce Cainé**, informando que no próximo dia dezassete, iriam contar com a presença da sua interlocutora distrital, na Comissão Nacional, aqui no Concelho de Mira, numa sessão da C.P.C.J. alargada e para a qual se disponibilizou para lhe fazer chegar as sugestões aqui apresentadas, nomeadamente, o facto destes relatórios serem demasiadamente técnicos e que por isso, não deixavam transparecer grande informação.-----

-----O Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS) pediu autorização para intervir e referiu-se às atas, manifestando todo o seu respeito pela parte técnica da Câmara Municipal, a qual era responsável pela elaboração das mesmas.-----

-----Mais disse que, na ata submetida à aprovação naquela reunião, havia aspetos que não estavam totalmente clarificados, ou seja, algumas das suas intervenções, mas sobre estas não iria agora tecer nenhuma alteração. -----

-----Mais, sugeriu a correção de um dado importante, a saber: a votação do ponto seis, sobre o interesse municipal do Clube Náutico, porquanto era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referida a sua aprovação por maioria e a deliberação tinha sido aprovada por unanimidade. -----

-----ENCERRAMENTO -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)